

ENTREVISTA¹

Augusto W. M. Teixeira Júnior²

¹ Entrevista elaborada por Augusto César Dall’Agnol. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

² Augusto W. M. Teixeira Júnior é Doutor em Ciência Política na Área de Concentração de Relações Internacionais pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Mestre em Ciência Política e Bacharel em Ciências Sociais pela mesma instituição. Pós-doutorando em Ciências Militares pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). Atualmente é professor Adjunto II do Departamento de Relações Internacionais da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e membro permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e Relações Internacionais (PPGCPRI/UFPB). Coordena o Grupo de Pesquisa em Estudos Estratégicos e Segurança Internacional (GEESI/UFPB /CNPq). Membro da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (diretor financeiro, gestão 2014 - 2016). Participou de programas e cursos do U.S. Department of State (International Security and Non-Proliferation - Study Tour) e do United States Department of Defense (Strategy and Defense Policy Course - National Defense University). Palestrou em Cursos de Extensão e Congressos Acadêmicos do Ministério da Defesa (Brasil). Pesquisa na área de concentração de Relações Internacionais, atuando principalmente nos seguintes temas: Estudos Estratégicos, Geopolítica, Defesa e Segurança Internacional, América do Sul e Métodos Qualitativos Aplicados às Relações Internacionais. Conta com artigos publicados em periódicos e comunicações em anais de congressos e periódicos sobre os temas acima citados

AD: Augusto César Dall’Agnol

AT: Augusto W. M. Teixeira Júnior

Em 2017, houve o lançamento do seu livro intitulado “*Geopolítica: do pensamento clássico aos conflitos contemporâneos*”, publicado pela Editora InterSaberes. Neste sentido, como você entende que a geopolítica, inclusive a clássica, pode ser útil para a interpretação da realidade internacional contemporânea?

AT: Os 17 anos de nosso breve século XXI tem ensinado que, distinto do que esperava com o fim da Guerra Fria, a geopolítica não morreu. Enquanto parte da literatura pensava a reconfiguração da ordem internacional sob a égide do liberalismo e da unipolaridade, alguns geopolíticos e estrategistas mantiveram acesa a chama do pensamento geopolítico e estratégico na análise das relações internacionais. Em uma era de transformações tectônicas (polaridade, balança de poder, valores e ordem internacional cambiantes), nomes como Kissinger e Brezezinski mantiveram-se atentos à geopolítica de um mundo em transição. Mais recentemente, creio que o público interessado em Relações Internacionais está, quer queira ou não, em contato imediato com a geopolítica. Expressões como “a vingança da geografia” ou “o retorno da geopolítica” fazem crer que voltamos às velhas dinâmicas de poder do século XIX. Todavia, penso que o termo “velhas” é traiçoeiro: as dinâmicas de poder, competição e conflito - envoltas pelo trinômio Geografia, Política e História - nunca deixaram de marcar as relações internacionais.

À luz do quadro exposto acima, penso que é fundamental ao público de Relações Internacionais retomar o contato e se apropriar das leituras geopolíticas. Claro que teorias sofrem com as limitações do tempo histórico em que foram

forjadas, mas o caráter de clássicas consiste no fato de ainda terem contribuições a dar. Assim, um retorno às teorias do poder terrestre, marítimo/naval e aéreo é fundamental para uma compreensão mais rica e embasada - no tempo e espaço - de nossa realidade internacional contemporânea. Os ataques terroristas de 11/09 de 2001 contra dos Estados Unidos, as respostas estadunidenses no Afeganistão e Iraque, o redesenho do Oriente Médio, o surgimento de potências revisionistas e reformistas, a aceleração da redistribuição de poder na conformação de uma multipolaridade mais visível; todos esses eventos que redesenham nosso jovem século XXI podem ser analisados à luz da geopolítica e de suas teorias, inclusive as teorias clássicas.

Em suma, tendo em consideração todas as diferenças dos contextos, porque não promover o diálogo entre a teoria do poder terrestre de Halford Mackinder e o atual ressurgimento russo no leste europeu e na Ásia Central? Por que não aproximar a leitura do comportamento estratégico-marítimo da díade EUA-China à luz das teorias do poder marítimo de Alfred T. Mahan? Por que razão não revisitar o pensamento de Douhet, Severesky, entre outros, para estudar o papel do poder aéreo na Guerra da Síria? Buscando responder indagações como essas o livro *“Geopolítica: do pensamento clássico aos conflitos contemporâneos”* busca aproximar o estudioso das relações internacionais das teorias geopolíticas e demonstrar como as mesmas são instrumentos robustos para promover uma compreensão ordenada da nossa complexa realidade internacional.

AD: Durante o segundo semestre de 2017, você participou do curso de *Strategy and Defense Policy*, no *William J. Perry Center for Hemispheric Defense Studies*, da *National Defense University* (EUA). A partir da sua ótica e da sua experiência, quais foram os principais temas e agendas de segurança tratados no curso em relação à América Latina?

AT: O *William J. Perry Center for Hemispheric Defense Studies* (WJPC) é um centro de ensino e pesquisa criado a partir do esforço de aproximar os países do Hemisfério em questões de segurança e defesa. Criado em 1997, no contexto das Conferências de Ministros da Defesa das Américas (CMDA), o WJPC (também conhecido pela sigla CHDS) recebe militares, agentes de segurança e civis para formação de quadros nas áreas de competência do Centro, mas também para formação de redes de contato e políticas (*policy*).

Durante o *Strategy and Defense Policy Course* (SDP) fomos apresentados aos temas que constituem a essência da agenda de segurança e defesa dos EUA para a região. Dentre os temas prioritários constavam o terrorismo, narcotráfico, crime organizado transnacional, desastres naturais e migração, entre outros assuntos comumente entendidos pela literatura sobre as CMDA como “novas ameaças”. Para mim, dos temas abordados os mais interessantes são o da hibridação entre terrorismo e crime organizado, a emergência de narcoestados na América Latina e o das novas missões das Forças Armadas. Apesar de polêmicos e não consensuais, os temas apontados acima não apenas impactam o debate acadêmico como influenciam, ou determinam, políticas de segurança e defesa. Fundamentalmente, a maior visibilidade do crime organizado transnacional como ameaça à segurança nacional impulsiona o debate sobre como os Estados da região, em particular suas Forças Armadas, devem reagir a este desafio.

AD: Ainda no segundo semestre de 2017, você participou do painel sobre “Reestruturação das Forças Armadas” na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal. Diante disso, como, na sua avaliação, o Brasil pode dispor de Forças Armadas preparadas para enfrentar os cenários de conflito no século XXI?

AT: Primeiramente, devemos nos perguntar: quais são os cenários de conflito do futuro? Destes cenários, quais os mais prováveis de se concretizar para o Brasil? Estamos preparados para os conflitos da contemporaneidade? Antes de pensar o futuro vale a pena ponderar sobre como avaliamos nossa contemporaneidade e quais as linhas e tendências mais aptas a costurar nosso futuro. Normalmente, como bem adverte Fuller Jr., ao falar sobre as “lições militares”, o pensamento sobre “a guerra do futuro” se baseia nas experiências da última guerra.

Atualmente, vivemos a possibilidade de guerras interestatais na Europa e na Ásia-Pacífico. Além disso, as guerras intraestatais ainda são rotina na Ásia Central, como no Afeganistão; as operações de manutenção de paz ganham contornos mais ofensivos, com o predomínio do *Peace Enforcement* e a reunião de capacidades ofensivas por parte dos capacetes azuis. Somadas a essas linhas de tendência, atores irregulares não-estatais, nem sempre motivados por objetivos políticos ou ideológicos, usam a força para submeter outros grupos irregulares ou propriamente os Estados à sua vontade. Deste macro panorama, qual se aproxima de nossa realidade? Qual é aquele que seria mais confortável para nosso *establishment* militar? A resposta para as duas perguntas não será necessariamente convergente.

Para saber se estaremos preparados para enfrentar os cenários de conflito no século XXI precisamos retornar ao marco clausewitziano da “trindade paradoxal da guerra”: precisamos de condução política da defesa e de objetivos políticos que serão perseguidos pelo instrumento militar; precisamos de uma

estratégia que postule uma ponte entre o que queremos (política) com como chegamos lá (estratégia). Aí, então, nossos militares, como instrumentos da vontade política da nação poderão traduzir a estratégia aos níveis operacional e tático. Temos esta articulação entre política e estratégia, condução política (civil) da defesa e militares? Sem isso não estaremos prontos para os conflitos do século XXI, como não estivemos para os conflitos dos séculos XIX e XX.

AD: Ainda no que diz respeito a sua participação na Comissão referida, como você avalia o emprego das Forças Armadas na Segurança Pública e em missões não previstas na Constituição?

AT: Oficialmente, o emprego das Forças Armadas na Segurança Pública é previsto na Constituição, especialmente pelo disposto no Art. 142 na CF. 1988. As operações como as de Pacificação, suporte a estados em contexto de greve ou falência de suas polícias são previstos na Constituição, tal como normatizadas por leis complementares posteriormente. Contudo, observo ao menos dois grandes problemas com o objeto em tema: i) o emprego das Forças Armadas, dentro do território nacional, tornou-se não apenas banalizado, como também se vê completamente desconectado de objetivos políticos claros que justifiquem o emprego da força, postule uma estratégia e indique ao combatente quando este alcançou sucesso e; ii) apesar do emprego ser oficialmente previsto na Constituição, a interpretação da regra é elástica e tortuosa.

Sobre o primeiro ponto, temos uma repetida utilização quase policial do instrumento militar, em um ambiente operacional complexo, sem que sejam dado ao comando objetivos, meios e liberdade para que a vitória contra o inimigo seja alcançada. Inclusive, faz-se o emprego da força armada sem inimigo identificado, sem um marco legal que regule à contento o grau de liberdade necessário para o

sucesso da missão e, ademais, produz-se aquilo que eu chamo de *depreciação simbólica do instrumento militar*.

Sobre o segundo ponto, as operações contemporâneas de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) transcendem o entendimento temporal, tópico e corriqueiro previsto (de forma geral) no texto constitucional. Espanta a não identificação política e o seu desdobramento operacional de um marco claro sobre segurança nacional: contra o que e quem lutamos? O que queremos? O que significa vencer? Como saber que vencemos? Outro ponto que merece destaque é que se faz GLO (modelo Pacificação) sem decretar Estado de Defesa ou Sítio. Logo, as regras de engajamento proporcionadas às forças em campo favorecem os antagonistas. Ademais, normalmente ocorre a inversão entre Forças Militares (federais) e auxiliares: na prática, as FFAA agem como forças auxiliares das forças policiais, as quais cumprem as missões principais (combate). Havendo, assim, uma inversão quanto à concepção geral por trás da GLO. Por fim, cabe indagar se o nível de degradação política e comprometimento com o crime em locais como a cidade do Rio de Janeiro se as GLO não deveriam se converter em Operações para “Garantia dos Poderes Constitucionais”? Afinal, tanto as instituições como os poderes infraestatais não estão em risco de serem subjugados pelo crime organizado?

AD: No ano de 2018, a Unasul e o Conselho de Defesa Sul-Americano completarão dez anos de existência. Uma vez que a sua tese de doutorado, defendida em 2013, aborda “*O Brasil e a Criação do Conselho de Defesa Sul-Americano da Unasul: Cooperação e Balanceamento como Estratégias de Autoajuda*”, como você avalia a evolução do CDS nos anos recentes? Além disso, quais são, na sua visão, as perspectivas, dificuldades e oportunidades para o CDS nos próximos anos?

AT: Defendi em dezembro de 2013 minha tese de doutorado sobre o Conselho de Defesa Sul-Americano da UNASUL. Na época, minha grande preocupação se dava em entender o que levou o Brasil, o qual nunca fora afeito à cooperação regional (institucional) no campo da defesa, a não só propor, como a liderar a criação do CDS-UNASUL. Para responder a essa inquietação testei hipóteses baseadas nas teorias de balanço de poder, cooperação como autoajuda e de comunidade de segurança. Como conclusão, verifiquei que os fatores centrais para o comportamento brasileiro ao propor e liderar a criação do CDS estão relacionais à cooperação como autoajuda (no plano doméstico do governo Lula) e, principalmente, à estratégia de balanceamento brando (no plano regional e internacional).

Desta forma, o parágrafo acima é importante para expressar que, de acordo com a minha pesquisa, para o Brasil, o CDS foi muito mais um instrumento de *soft balancing* do que uma iniciativa robusta para promover uma condição mais autônoma para a região. Apesar de o meu enfoque não ter descido à *rationale* dos outros países que compõem o CDS, entendo que o órgão foi esvaziado substancialmente pela retirada de prioridade por parte do Brasil no período Rousseff e Temer. Além disso, a deterioração das relações entre Colômbia e Venezuela, a participação dos EUA e Rússia na balança de poder regional, bem como um sistema decisório baseado no consenso, levaram o CDS a um estado de paralisia quanto ao desenvolvimento de suas potencialidades.

Em síntese, entendo que, atualmente, com um Brasil fragilizado, uma Venezuela em crise aguda e uma Colômbia voltada a resolução do seu contexto pós-conflito, o CDS torna-se cada vez mais num órgão de cooperação militar regional, o que é importante, mas está muito aquém da promessa da cooperação regional em matéria de defesa.